

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**LEGISLAÇÃO AMBIENTAL -  
UM ESTUDO SOBRE MÍDIA E POLÍTICA**

**JOÃO EDUARDO BARROS GOULART**

RIO DE JANEIRO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**LEGISLAÇÃO AMBIENTAL -  
UM ESTUDO SOBRE MÍDIA E POLÍTICA**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**JOÃO EDUARDO BAROS GOULART**

**Orientadora: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz**

RIO DE JANEIRO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Legislação Ambiental – um estudo sobre mídia e política**, elaborada por João Eduardo Barros Goulart.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz  
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Marcio Tavares D'Amaral  
Doutor em Letras pela Faculdade de Letras - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Renzo Romano Taddei  
Doutor em Antropologia pela Columbia University (NY - EUA)  
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2011

## FICHA CATALOGRÁFICA

GOULART, João Eduardo Barros.

Legislação Ambiental – um estudo sobre mídia e política. Rio de Janeiro, 2011.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo)  
– Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de  
Comunicação – ECO.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor, amigo e orientador Paulo Vaz,

À mãe e exemplo Luciana Barros,

Ao apoio incondicional de Laura Valadares,

Ao avô e inspiração Theodoro Barros.

GOULART, João Eduardo Barros. **Legislação Ambiental – um estudo sobre mídia e política.** Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

O trabalho compara a cobertura sobre legislação ambiental nos principais semanários brasileiros em dois momentos da história do país: 1988 e 2010. A narrativa que vai se desenvolvendo é um novo modo de fazer política e falar sobre a história: o risco de uma catástrofe se amplia conforme as discussões no Congresso avançam. Apesar de certas posições editoriais influenciarem na forma como é retratada a questão ambiental, o descrédito numa solução política permeia as coberturas e evidencia um dilema: nunca se enxergou os políticos com tanto poder, mas ao mesmo tempo eles carecem de legitimidade. O estudo reúne as reportagens das Revistas Veja (1988/89 e 2010) e Época (2010). Para a análise discursiva são referências *A História da Sexualidade* de Michel Foucault, *The Era of Witness* de Annette Wieviorka, *A Democracia contra ela mesma* de Marcel Gauchet e *The Culture of Public Problems - Drinking-Driving and the Symbolic Order* de Joseph Gusfield.

## **Sumário**

1. Introdução
2. O jornalismo em questão
  - 2.1. O jornalismo até o nosso tempo
  - 2.2. Narrar o presente hoje
3. Uma nova forma de fazer política
4. Análise das notícias
  - 4.1. A representação de Veja sobre a legislação ambiental
  - 4.2. A representação de Época sobre o Código Florestal
5. Conclusão
6. Referências

## **1. Introdução**

Em diversas pesquisas recentes o Legislativo aparece com índices baixos quando o entrevistado deve responder qual seu grau de confiança numa lista de instituições brasileiras. A imprensa costuma aparecer na frente, assim como os poderes Judiciário e Executivo. O curioso é que, objetivamente, o Legislativo é a instituição que possui maior grau de representatividade da sociedade como um todo. Essa desconfiança contraditória não se restringe ao Brasil e afeta democracias representativas bem mais antigas que a nossa.

Outro ponto a ser considerado quando falamos da imagem do Legislativo, é como a imprensa o retrata. Numa sociedade onde faz parte do senso comum o comprometimento do jornalismo com a verdade, é impossível termos uma denúncia que imediatamente não se torne suspeita. O jornalismo investigativo possui assim grande responsabilidade.

Em termos práticos, o exercício do jornalismo investigativo não é para qualquer empresa de comunicação já que demanda tempo, não produz lucro imediato e tem o potencial de desagradar interesses econômicos importantes. Por esses motivos, dois veículos onde o jornalismo investigativo ainda persiste são as revistas **Veja** e **Época**. No caso de Veja, a revista tem o maior número de assinantes no país, fatores que facilitariam encarar um boicote de anunciantes. Para Época, basta lembrar que a Editora Globo é uma das empresas do holding Organizações Globo, um dos maiores grupos de mídia do planeta, dono da terceira maior televisão do mundo. O fato de ambas as publicações serem semanais favorece a investigação por dar tempo hábil aos jornalistas para aprofundarem suas pautas.

Apesar dessas revistas ainda permitirem aos seus profissionais aprofundar a busca por fatos novos, é visível uma predileção por denúncias de alto impacto com caráter político. Nos anos 2000, em especial, a linha editorial desses semanários colocou seus repórteres na linha de frente de um confronto ideológico com o governo. Ministros e parlamentares aliados ao Partido dos Trabalhadores eram denunciados constantemente nas capas de Veja e Época. Há de se reconhecer que tal linha editorial levou tanto a denúncias relevantes, fundamentais para diminuir a corrupção no Brasil, bem como permitiu a publicação de reportagens baseadas em suposições simplesmente para lançar suspeita sobre membros do governo e seus apoiadores.

Época e Veja não foram os únicos veículos a adotarem essa política. Desde o *impeachment* de Fernando Collor a imprensa brasileira se autoproclamou fiscal da vida



política nacional e através de uma série de denúncias sobre deputados e senadores, lançou desconfiança sobre a classe política como um todo. O “denuncismo” e a desconfiança com relação aos parlamentares, radicalizados nos anos do governo Lula, contrastam bruscamente com o modo reverente e rico em propostas da cobertura do Congresso Nacional nos anos 1980, em especial entre a campanha das Diretas e a Constituinte.

Tamanha ruptura sugere uma descontinuidade no processo de construção de um discurso da imprensa para explicar o poder político brasileiro. Essa descontinuidade é o foco deste trabalho. Entretanto, a extensão do tema como apresentado até aqui e suas muitas ramificações exigiriam um esforço compatível com um projeto de mestrado ou doutorado. Os períodos ideais para essa análise (1984-1988 e 2003-2011) trazem o mesmo inconveniente por serem muito amplos.

A solução foi diminuir o recorte temporal e atrelá-lo a um tema específico debatido ontem e hoje no Congresso Nacional. Um dos temas que mais causa comoção atualmente é o debate sobre o novo Código Florestal. A construção da questão ecológica como um problema público brasileiro é rápida e tem um fundador claro: Chico Mendes. O assassinato do sindicalista e ativista ambiental em dezembro de 1988 coloca de vez o meio-ambiente na agenda nacional. Meses antes desse evento trágico uma nova Constituição era aprovada, com um artigo exclusivo para o meio-ambiente.

Outra questão que aparece atrelada à luta e à morte de Chico Mendes é a desigualdade na distribuição da terra. Esse mesmo tema retornou ao noticiário após o assassinato de ecologistas na região Norte no auge da discussão da Câmara dos Deputados sobre o Código Florestal. Em ambas as épocas a questão da terra aparecia desvinculada da questão ecológica ou nem aparecia, e, após as mortes de ativistas, ficou clara a ligação entre a luta pela floresta e pela desconcentração da propriedade da terra. Tal paralelo evidencia uma continuidade no comportamento da imprensa brasileira: omitir a concentração de terra como um problema fundamental do país.

É possível supor que existam dois processos paralelos na construção de um discurso sobre poder político na imprensa brasileira. O primeiro é a descontinuidade sobre a importância e capacidade dos parlamentares representarem os brasileiros. No segundo é a permanência de não discutir a problemática ecológica ligado à questão da terra.

Mas como esses processos se deram? Um dos motores deste trabalho foi tentar compreender porque a imagem do Congresso Nacional mudou tanto em tão pouco

tempo. Existiriam outras imagens possíveis para o Legislativo? Seria essa sua única imagem?

Outro objetivo é discutir como a questão ecológica se tornou tão relevante a ponto de abrir uma crise no governo, alterar o resultado de eleições e mudar hábitos de consumo. Quem seriam os principais portadores desse discurso? Quais grupos disputam o domínio dessa questão pública? Como esses grupos impõem sua agenda?

O Código Florestal se coloca na discussão quando pensamos que sua elaboração irá regular o uso da terra. Esse tipo de regulação no Brasil atinge os mais diversos grupos com vistas a preservar a fauna e a flora mais ricas do mundo. Por isso incomoda quando vemos a discussão retratada pela imprensa como um duelo maniqueísta entre os que querem derrubar as matas e os que querem salvá-la. Buscamos esclarecer quais grupos portam quais discursos e que espaços eles recebem para tanto dentro da cobertura midiática.

Apesar de ser conhecida a disputa entre imprensa e Legislativo por espaço como representante da opinião pública, vemos cada vez mais um desgaste da imagem dos parlamentares sem que a imprensa consiga ocupar esse espaço. Quem ocupa o espaço deixado pelo Legislativo são os outros dois poderes, Executivo e Judiciário. O problema que isso traz é um desequilíbrio favorecendo justamente os dois poderes que são por natureza menos democráticos, em especial o Judiciário brasileiro, onde seus membros não passam pelo crivo das urnas uma vez sequer.

A hipótese levantada aqui é que a representação dos representantes da população na democracia representativa exerce uma influência real na força do Legislativo. Também considero que o debate ecológico tenha sido apropriado por grupos que não são os únicos envolvidos na questão, mas são apresentados pela imprensa como os interlocutores de uma disputa maniqueísta que empobrece a discussão e desconsidera a população que será mais atingida pela legislação ambiental.

Estaríamos então diante de uma espécie de circuito-fechado em que a imprensa acusa o Congresso de defender interesses escusos, o parlamento tenta responder e a resposta é usada como prova de que “onde há fumaça, há fogo”. Em seguida outros poderes são pautados pela imprensa e se envolvem na discussão para pressionar o Legislativo. A imprensa dá a palavra aos representantes dos “dois lados” e afirma ter coberto toda a questão. A discussão entre os deputados e senadores começa a tomar a mesma feição maniqueísta até a aprovação, ou não, do projeto. A grande pergunta desse

trabalho é saber quais vozes conseguiram furar a divisão a favor e contra e se apresentar como discurso alternativo.

Para tanto, foi feita uma análise discursiva do conteúdo da revista *Veja* em dois períodos. O primeiro de setembro de 1988 a janeiro de 1989, enquanto o segundo foi de julho de 2010 até junho de 2011. No caso da revista *Época*, que foi criada somente em 1998, o esforço foi concentrado no período entre junho de 2010 e maio de 2011. Os recortes pretendem facilitar o enfoque na questão ambiental tanto na Constituinte quanto na elaboração do novo Código Florestal. Entre as reportagens vemos discussões factuais, políticas e entrevistas de figuras que fizeram parte da discussão sobre meio-ambiente tanto no Governo Federal, quanto no Congresso Nacional e em organizações da sociedade civil.

A principal referência em termos de análise discursiva é o pós-estruturalismo francês, com destaque para Michel Foucault. Outro expoente mencionado, com foco na sua compreensão da contemporaneidade é o filósofo Gilles Deleuze. Cabe ressaltar a influência de parte da antropologia social dos Estados Unidos, aqui presente com Joseph Gusfield e Mary Douglas. Os dois autores enfatizam nas suas obras a cultura como construção de uma sociedade, compreendendo nessa construção as formas possíveis de conceber, atribuir e dividir responsabilidade sobre problemas públicos.

## **2. O jornalismo em questão**

O jornalismo desempenha um papel fundamental nas sociedades ocidentais desde meados do século XVIII. Com o número cada vez maior de habitantes na cidade se tornam necessárias instituições para controlar, contabilizar e direcionar a força de produção, o deslocamento e as crenças desses cidadãos.

A obra de Michel Foucault se dedica ao mapeamento dessa transição de um mundo organizado na vida campesina para a vida urbana. O sentido que os homens dão à sua ação no mundo sai da herança tradicional e passa para a norma disciplinar. A norma funciona a partir de classificações que indicam ao indivíduo seu lugar dentro de uma coletividade e lembra a todo instante qual é essa coletividade. Enquanto o normal significa o funcionamento correto devido a uma série de cuidados consigo e com seu corpo para desempenhar uma função social, o anormal lembra a ameaça que cada um é para si mesmo caso abandone seu papel para com a coletividade.

A masmorra, onde os inimigos do rei apodrecem, dá lugar à prisão, local de regeneração daqueles que fugiram da civilização e tentaram retornar à barbárie. O hospital deixa de ser aonde se vai para morrer e passa a ser o local onde o corpo doente será curado. O “poder de causar a morte e deixar viver” é substituído por um “poder que causa vida e devolve à morte” (FOUCAULT, 1985). A escola vem com a meta de inscrever todos sob a norma desde que se tornam capazes de falar. A leitura silenciosa, criada nos monastérios, passa a ser ensinada a cada indivíduo. O livro se propaga para difundir informação e a imprensa trata de lembrar em que tempo e espaço se vive.

As notícias são narrativas que reiteram em seu conjunto a própria idéia de um passado, presente e futuro em comum de todos os indivíduos para os quais o jornal fala. Desse modo, são os jornais que vigiam a violação da normalidade coletiva, seja contando os crimes anormais ou explicando decisões políticas e até mesmo tomando uma posição editorial. Os jornais servem para explicitar tudo que é possível ser dito por uma cultura moderna sobre si mesma em determinado período de tempo. Durante essa modernidade o jornal trazia sempre aos olhos e à lembrança a visão que regia o mundo: cada indivíduo é senhor de si, mas abre mão dessa soberania em nome da convivência em grupo que o aperfeiçoa e permitirá um mundo futuro melhor do que o que vivemos.

## *2.1. O jornalismo até o nosso tempo*

Marcel Gauchet defende que o jornalismo tem lugar secundário na cultura ocidental moderna como veículo de questionamento dela mesma sobre seu futuro. A academia deteria a primazia na construção dessa crítica e desse futuro possível. Gauchet acredita que isso mudou no momento contemporâneo, iniciado nos anos 1980 e nomeado com perfeição no texto de Gilles Deleuze. Deleuze apresenta a ruína das sociedades disciplinares diante do próximo passo do capitalismo: as sociedades de controle.

As sociedades de controle se diferenciam das sociedades disciplinares em sua lógica: enquanto a norma prevalece nas últimas, o risco permeia as primeiras. A norma é integrante e excludente, isola o indivíduo e o torna parte da massa. O risco sintoniza e interfere, separa o indivíduo em muitos e apaga os laços coletivos. Durante a década de 1960, os jovens foram para as ruas querendo ser mais que papéis sociais, ir além das divisões entre burguesia e proletariado e desiludidos com o progresso no qual seus pais depositaram todas as esperanças. Eles queriam ser indivíduos independentes das “convenções sociais”, nada mais que um nome diferente para norma. Essa mudança alterou o eixo do capitalismo e terminou com a Guerra Fria. A produção industrializada foi substituída pela prestação de serviços e a poupança cedeu espaço ao consumo. O risco e o indivíduo se tornaram o centro da política no lugar da norma e da coletividade.

As crianças nascidas após a Segunda Guerra Mundial se sentiam oprimidas por princípios morais que formavam uma rígida estrutura social. O prazer individual era limitado pelos códigos que distribuíam papéis sociais. O primeiro passo foi passar de uma moral do sacrifício para o princípio moral do não-dano: minha ação não diz respeito a ninguém contanto que não cause dano a outrem.

Além dos movimentos jovens, as muitas batalhas pelos direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais também abriram outra frente que permitiu a passagem da norma ao risco. Esses grupos se insurgem contra a sujeição que lhes é imposta de forma criativa: eles vão assumir o lugar de vítimas da sociedade e cobrar reparação pelo que sofrem e sofreram.

No mundo disciplinar o sindicato é o lugar de resistência aos abusos que o modo de produção dominada pela burguesia impõe. O sindicato é onde o trabalho se opõe ao capital. Os movimentos de direitos civis de negros, mulheres e homossexuais colocam outras contradições do modo de produção em pauta que nem sequer eram imaginadas pelos teóricos marxistas e nem pelos teóricos liberais. Esses grupos não exigem um futuro fundamentalmente diferente, eles querem o mesmo que outros já têm no presente

com a garantia de não retornarem ao estado de inferioridade do passado. Em suma, os chamados grupos minoritários querem gozar dos direitos básicos do homem.

As sociedades disciplinares ocidentais vêem seu ocaso chegar quando essas minorias conseguem colocar em questão essa sociedade capaz de ignorar o indivíduo em nome da manutenção de um progresso coletivo a ser usufruído por apenas uma parte da coletividade. Essas vítimas da sociedade disciplinar encontram no testemunho um modo prático de tornar suas causas problemas públicos.

O testemunho vai ser o ponto em comum entre os movimentos sociais que emergem nos anos 1960 e o outro evento que colocou em dúvida o argumento teleológico das sociedades disciplinares. O ideal de progresso baseado no conhecimento científico, isto é, o ideal iluminista, vai ser desacreditado quando se torna pública a forma como o Estado alemão lidava com a questão judaica durante a Segunda Guerra. Campos de trabalho forçado, guetos e execuções com gás não eram invenções nazistas. Também não é exclusividade nazista inventar ameaças e buscar bodes expiatórios. O nazismo sequer foi o primeiro regime a perseguir judeus na história moderna da Europa, basta olhar para o regime czarista na Rússia. O horror nazista persiste porque nunca foram colocados tantos meios técnicos de forma tão eficiente na busca da completa eliminação física e histórica de um grupo de seres humanos considerados inferiores pelo simples fato de dividirem uma identidade comum.

Os valores que levaram ao Holocausto preservam em si a norma e a disciplina: os normais (arianos) tentam eliminar qualquer traço de anormalidade (judeus) do seu meio. O sacrifício literal desses indivíduos tem como meta o aperfeiçoamento do mundo. Os judeus eram tratados como recursos a serem gerenciados de forma que pouco a pouco deixassem de existir. Theodor Adorno e Max Horkheimer fazem sua crítica mais contundente ao ideal iluminista no momento em que analisam o antissemitismo como um retorno à barbárie fundamental para a existência do fascismo e de regimes totalitários. (ADORNO & HORKHEIMER, 1944, pág. 87).

Como Foucault poderia ter dito, a classificação altera o classificado. Se os judeus eram um grupo étnico disperso geograficamente, sem um laço comum além da herança cultural vinda da religião de Moisés, depois da Segunda Guerra Mundial eles passam a ser vistos e a se ver como um povo que precisa de proteção. Antes do Terceiro Reich, a doutrina sionista – a crença em que é direito e dever dos filhos de Israel voltar a ocupar a Terra Santa – era minoritária entre os judeus. Após o Holocausto essa doutrina se fortalece e muitos judeus, de diferentes nacionalidades, passam a apoiar a

criação de um Estado judeu na Palestina. As Nações Unidas determinam em 1947 a criação de um estado judeu e de um estado árabe na Terra Santa. Os estados vizinhos a Israel tentaram evitar o seu surgimento e invadiram a Palestina, Israel venceu a chamada Guerra de Independência sob a liderança de David Ben-Gurion.

Em seu livro “The Era of Witness” (A Era do Testemunho)<sup>1</sup> RODAPÉ, Anette Wieviorka conta que logo após o Holocausto, nos primeiros três anos, muitas vítimas falavam sobre a sua experiência. Durante a década de 1950, uma espécie de silêncio auto-imposto reinou entre essas pessoas. Muitos judeus sentiam vergonha por ter passado por campos de concentração. Os judeus que viviam na Palestina e não passaram pelo Holocausto hostilizavam as vítimas que viviam em Israel por terem “se deixado abater como cordeiros” (WIEVIORKA, 2002, p. 69).

Wieviorka considera o testemunho como novo motor da construção da História. A historiadora francesa argumenta que nunca foram tão importantes os depoimentos de indivíduos comuns na hora de se escrever e se documentar o passado como hoje em dia. Wieviorka situa como marco inicial desse movimento o julgamento de Adolph Eichmann. Eichmann foi o alto-oficial nazista encarregado de tornar possível a famigerada Solução Final, isto é, arranjar os meios, organizar, gerenciar e executar o transporte dos judeus para campos de concentração e encaminhar seu extermínio. Assim que a Alemanha capitulou, Eichmann fugiu para a Argentina onde se manteve escondido até o serviço secreto de Israel capturá-lo em 1960 e enviá-lo para ser julgado em Jerusalém. Wieviorka explica em seu livro que muitos arquivos sobre os campos de concentração foram destruídos pelos oficiais nazistas antes da chegada das tropas aliadas e soviéticas, fato que tornava difícil a responsabilização dos criminosos de guerra pelos seus atos. O Tribunal de Nuremberg foi o julgamento dos derrotados pelos vencedores no território conquistado, mas guardou o maior cuidado possível em demonstrar com evidências documentais a responsabilidade de cada réu. Isso era bastante difícil no caso de Eichmann, primeiro porque ele não estava sendo julgado na Alemanha, onde cometeu os crimes. Para piorar as provas documentais contra Eichmann eram poucas e as vítimas de seus atos – os judeus - iriam julgá-lo. Esses ingredientes poderiam tornar questionável a legitimidade do julgamento. A saída encontrada por Israel foi bastante engenhosa.

---

<sup>1</sup> “The Era of Witness” ainda não foi traduzido para o português, a tradução do título é livre e foi feita para facilitar a compreensão dos não-fluentes na língua inglesa.

O promotor e o governo de Israel formularam uma abordagem diferente, usando um traço marcante da cultura judaica, a narração histórica oral. A promotoria se munuiu dos poucos documentos, imagens eloqüentes do Holocausto e muitos, mas muitos testemunhos de vítimas. A idéia era trazer o fantasma do genocídio para o tribunal, criando um forte apelo emocional diante da fragilidade de evidências. A promotoria fez uma seleção prévia de quais seriam as melhores testemunhas para apresentar ao tribunal, escolhendo os relatos mais impactantes. A defesa de Eichmann não tinha o que fazer com aquelas testemunhas, já que nenhuma delas sequer entrou em contato com o alemão antes do julgamento e não podiam atestar as ações de responsabilidade do réu, apenas reforçar quanto sofrimento suas ações causaram. A filósofa judia e alemã Hanna Arendt criticou duramente o modo como o julgamento foi feito por se tratar mais de um espetáculo do que uma questão de estabelecer justiça (WIEVIORKA, 2002, p. 66). Não nos esqueçamos que essa monografia é para jornalismo: o julgamento de Adolph Eichmann foi a primeira transmissão televisionada de um tribunal. Os testemunhos também tinham função terapêutica para as vítimas: dava um sentido ao sofrimento que elas tinham passado. A vítima ganhava uma identidade social diferente com seu testemunho, de vítima passiva se tornava sobrevivente e conseqüentemente uma espécie de herói que carrega consigo a história e a verdade. Essas pessoas em poucos anos foram da condição de párias para a de cordeiros e daí para o lugar onde a memória persiste.

Israel fez o julgamento de Eichmann para legitimar-se através da culpa de todo o mundo sobre o antissemitismo que foi tolerado e causou o Holocausto. Ao mesmo tempo, o governo criou coesão internamente ao associar ser judeu com ser israelense (muitos judeus que viviam em Israel nasceram em outros países, a maioria no Leste Europeu). O Estado de Israel usou a lembrança do sofrimento nos campos de concentração como argamassa na construção de uma identidade israelense e na unidade do povo judeu.

O testemunho foi a base para os israelenses escreverem sua história e traçarem um projeto de futuro. Esse projeto pode ser resumido à impedir que no futuro aconteça outro Holocausto. Usar o testemunho do sofrimento para fazer sociedade criou um futuro que não é um lugar de construção coletiva, mas de vigilância dos indivíduos contra uma catástrofe iminente.

Quando o testemunho se torna o centro de um discurso para criar identidade os meios de comunicação de massa assumem grande importância. Ao mesmo tempo a



mídia é fundamental para que esse modo de fazer política prospere. O julgamento de Eichmann dependeu de tornar públicas memórias individuais sobre o Holocausto para torná-lo inesquecível a todos os judeus e israelenses. Sem a cobertura televisada isso seria impossível: não havia outro meio capaz de mostrar a face, a voz e o olhar das vítimas ao lembrar do seu sofrimento diante daquele que era acusado de ser o arquiteto da Solução Final. A empatia pelas vítimas tem como consequência a inumanidade de Adolph Eichmann: alguém capaz de causar tanto sofrimento de forma planejada não pode ser como um de nós. O criminoso é considerado impossível de ser regenerado e a alteridade se torna absoluta.

Mas como um discurso com uma finalidade tão específica – construir uma identidade positiva para os judeus e israelenses depois do Holocausto – pode ser capaz de colocar em crise o modo de organizar a vida em grupo no Ocidente durante o século XX? A mesma retórica que judeus sionistas usaram para construir um Estado será usada por grupos sociais minoritários para atingir seus objetivos: o feminismo abrirá outros espaços para as mulheres, o movimento negro institui o combate ao preconceito, e os jovens vão fazer a liberação dos costumes. Esse modo de fazer política coloca primeiro um sofrimento como fator de identificação, dando sentido positivo a um estigma. Em seguida os testemunhos de vítimas que representariam todos os que sofreram são apresentados sempre colocando a responsabilidade em outro grupo. Finalmente é exigida a reparação ao grupo de indivíduos que carrega a tragédia em si.

A partir daí podemos tomar como referência para comparação entre sociedade disciplinar e sociedade de controle a chamada política da compaixão enunciada por Hanna Arendt. A política que Arendt descreve se compadece de uma massa de miseráveis sem rosto e acusa o Estado de ser responsável pela perpetuação da desigualdade. O que está em questão é a desigualdade social e ela é apresentada como problema ao grupo dos que não sofrem com a desigualdade. Esses privilegiados são chamados à ação para acabar com a desigualdade da qual eles tiram vantagem e sentem culpa por isso (ARENDT, 1963).

Essa forma de fazer política foi substituída por uma que enxerga o sofrimento individual como algo a ser evitado por um Estado que não o faz por ser administrado por incompetentes e imorais. A justiça reside em proporcionar a todos o direito a uma rotina segura e prazerosa e se cada indivíduo não tomar cuidado pode ser o próximo a perder esse direito, cria-se a figura da vítima virtual. A vítima virtual é a universalização

da vulnerabilidade definida pelo raciocínio que é proposto de que qualquer um pode passar por determinado sofrimento, logo o indivíduo se vê como possível vítima.

Desse modo o jornalismo muda também. No período moderno os periódicos tratam de interrogar à sua audiência privilegiada porque a desigualdade social persiste e critica a sociedade na qual vive.

Cabe citar um exemplo emblemático do jornalismo na era moderna. Laurie Collier Hillstrom mostra que na virada do século XIX para o século XX, os Estados Unidos passam por um momento de reestruturação, conhecido como Era Progressista. A agenda política progressista, capaz de diminuir a pobreza, a desigualdade social e fazer a economia americana se tornar a maior do mundo, só foi possível graças aos jornalistas “muckrakers” (HILLSTROM, 2010). Os muckrakers recebem esse apelido do presidente Theodore Roosevelt por revirem aquilo que estava escondido debaixo das pedras da sociedade americana.

Com o crescimento do grau de escolaridade na sociedade americana, membros da classe média vieram para compartilhar o descontentamento dos grupos socialmente inferiorizados. Eles reconheceram que os EUA tinham chegado ao ponto em que precisavam resolver os problemas que surgiram a partir da industrialização. Eles acreditavam que os problemas apresentados eram de fato importantes oportunidades para reformar as instituições americanas e melhorar a sociedade para benefício de todos. Quando estes americanos de classe média aderiram à luta para curar os males que afetavam a sociedade norte-americana, teve início a Era Progressista.

Os muckrakers tiveram uma longa lista de preocupações, incluindo a pobreza, o trabalho infantil, as condições de trabalho perigosas, a corrupção do governo e a falta de regulamentação das grandes empresas. Eles incentivaram os governos federal e estadual a tomar um papel mais ativo na solução desses problemas e espalhar os benefícios do crescimento econômico mais amplamente. Muitos desses objetivos eram compartilhados por Theodore Roosevelt, que se tornou presidente em setembro 1901, após o presidente republicano William McKinley ser baleado e morto em Buffalo, Nova York. No início, muitas pessoas esperavam que Roosevelt continuasse as políticas conservadoras de seu antecessor. Mas Roosevelt reconheceu que as corporações empresariais e conglomerados industriais eram poderosos demais e exerciam poder e influência no país de forma arbitrária. Ele acreditava que o governo tinha a responsabilidade de proteger e servir o interesse público contra a influência excessiva da indústria.

Os capitães da indústria têm conduzido os sistemas ferroviários em todo este continente, construíram o nosso comércio, que desenvolveram nossas manufaturas, têm em todo feito um grande bem ao nosso povo ", disse Roosevelt. "No entanto, é também verdade que há males reais e grandes [em empresas americanas] e uma resoluta esforço prática deve ser feito para corrigir esses males. (HILLSTROM, 2010, p. 19)

A rápida industrialização do século XIX levou a um explosivo crescimento da população das cidades americanas. A disponibilidade de trabalho nas fábricas deslocou milhões de pessoas de áreas rurais para áreas urbanas. Pobres brancos deixaram fazendas de subsistência para trás em busca de uma vida melhor nas grandes cidades como Nova York, Chicago, Filadélfia e Detroit. Além disso, milhões de negros migraram para o Norte saindo do Sul, onde as suas oportunidades eram estritamente limitadas pelo sistema de leis racistas e regras racistas não escritas.

Enquanto isso, 12 milhões de imigrantes chegaram à costa americana entre 1870 e 1900. Alguns imigrantes se dirigiram para o interior das grandes cidades portuárias para estabelecer fazendas na fronteira, outros se juntaram à competição por empregos e moradia no já superlotado áreas urbanas. Os homens imigrantes geralmente recebiam menos do que os outros trabalhadores, e as mulheres menos ainda. As tensões sociais eram também parte da experiência imigrante. Muitas vezes estereotipados e discriminados, os imigrantes sofreram abusos verbais e físicos, porque eles eram "diferentes". Para minimizar as dificuldades de adaptação para uma nova terra, muitos imigrantes se estabeleceram em enclaves étnicos com outras pessoas que falavam a mesma língua e seguiam os mesmos costumes.

Entre migração e imigração, as cidades americanas cresceram muito rapidamente. De fato, a porcentagem de americanos que viviam em sessenta das maiores cidades do país aumentou de 37 por cento em 1900 para 50 por cento até 1930. Em muitos casos, esta rápida expansão superou a disponibilidade de empregos, habitação, eliminação de resíduos, e outros serviços. Como resultado, a classe trabalhadora urbana vivia em condições de superlotação e insalubridade. As instalações industriais e os sistemas de esgoto ficavam sobrecarregados, despejando poluição no ar e na água, contribuindo para a disseminação de cólera e outras doenças mortais.

Assim como no Brasil, algumas das piores condições de vida eram encontradas no cortiços. Operados por latifundiários gananciosos com conexões políticas, esses edifícios foram abarrotados até o teto com as pessoas pobres. Em muitos casos, mais de uma dúzia de membros de uma família iriam partilhar um quarto individual. Eles raramente tinham eletricidade ou água encanada, e eles geralmente se aqueciam com fornos a carvão. Os trabalhadores das fábricas recebiam salários tão baixos e os proprietários de apartamentos mais agradáveis cobravam tanto, que os cortiços eram a única opção disponível para muitas famílias. Eles não podiam se dar ao luxo de procurar um lugar mais limpo, mais seguro e dentro da cidade ou mudar-se para uma confortável casa de classe média suburbana. As condições miseráveis de vida nos cortiços eram um ambiente ideal para a atividade criminosa, o consumo excessivo de álcool, e propagação de doenças. Vários jornalistas muckrakers abordaram os problemas da pobreza e miséria em seu trabalho. Jacob Riis havia chegado nos Estados Unidos em 1870 como um imigrante da Dinamarca. Ele finalmente conseguiu um emprego como repórter policial para o New York Tribune. Seu trabalho freqüentemente o levou aos cortiços em Nova York. Riis vagou pelas favelas durante anos, gravando suas observações em um caderninho e tirando fotografias dos moradores e da vizinhança. Em 1890, ele publicou o resultados do seu trabalho em um livro chamado “Como a Outra Metade Vive”.

A investigação de Riis encontrou 37.000 cortiços em Nova York com mais de um milhão de habitantes. Graças aos empregos instáveis, baixos salários e alta dos aluguéis, muitas destas pessoas viviam na pobreza extrema e enfrentavam a ameaça de fome. Riis estava desgostoso pela sujeira e superlotação que viu nos cortiços. Ele havia reconhecido que as pessoas obrigadas a viver em tais condições muitas vezes tornavam-se tão desesperadas que recorreram à mendicância e ao crime para sobreviver. "Nos cortiços todos recebem influências para fazer o mal ", escreveu ele,

os cortiços são aonde crescem as epidemias que levam a morte tanto para ricos, quanto para pobres, os berçários do pauperismo e da criminalidade que enchem nossas cadeias e tribunais; que jogam uma escória de 40.000 destroços humanos da ilha para a asilos e casa de detenção ano após ano; que acabou nos últimos oito anos disponibilizando cerca de meio

milhão de mendigos para rapinar as instituições de caridade.  
(RIIS, 1890 in HILLSTROM, 2010, p. 38)

Riis, como vários outros muckrakers coloca diante dos americanos de classe média e dos funcionários do governo o desafio de resolver os problemas que enfrentam as pessoas em favelas urbanas do país. Sua exposição dos cortiços de Nova York levou à criação de uma comissão para melhorar a habitação urbana e proporcionar um ambiente seguro e com condições sanitárias dignas para os pobres. "A reforma dos cortiços mantém a chave para o problema do pauperismo na cidade ", declarou ele.

O trabalho de Riis, que é frequentemente citado como um dos primeiros exemplos de jornalismo "muckrak", inspirou muitos outros reformadores para investigar e resolver os problemas enfrentados pela população urbana pobre. Algumas das intervenções mais eficazes para os pobres imigrantes veio do movimento de liquidação dos cortiços. O reformador Jane Addams fundou uma das primeiras casas de abrigo, a Hull House, em Chicago em 1889. Nessas casas eram oferecidas uma variedade de serviços para ajudar as famílias de imigrantes a se ajustarem à vida nos Estados Unidos, incluindo aulas de inglês, de cidadania e um escritório para vagas de emprego, além das atividades recreativas e de creches para mães. Em 1910, a Hull House se tornou o modelo para uma rede de 500 casas de abrigo nas maiores cidades do país. Estas instalações lutaram para melhorar as condições de vida para famílias da classe trabalhadora, proporcionando uma série de melhorias sociais.

O sociólogo Robert Hunter trabalhou em estreita colaboração com casas de abrigo e instituições de caridade nos distritos cortiço de ambos Chicago e Nova York. Em 1904, ele publicou um livro influente chamado "Pobreza" que ofereceu aos americanos de classe média uma descrição detalhada da situação dos pobres urbanos do país. Hunter apontou que os baixos salários e trabalhos difíceis disponíveis para classe trabalhadora asseguraram que a maioria deles nunca subiria acima de um nível mínimo de existência. "Os salários eram tão baixos que os homens muitas vezes sozinho não poderia sustentar suas famílias, e as mães com bebês trabalharam a fim de aumentar a renda ", escreveu (HILLSTROM, 2010).

Os muckrakers abordaram também a questão do trabalho infantil. Muitas famílias pobres não tinham escolha senão enviar todos os seus membros em busca de emprego. Por volta da virada do século, muitas indústrias, fábricas têxteis, e minas de carvão contaram com o trabalho infantil para suas operações. As crianças

foram mão-de-obra mais barata e mais fácil de contratar. Sua pequena estatura foi valiosa em setores como mineração, onde os trabalhadores muitas vezes tinham que caber em espaços apertados. Embora as crianças já tivessem trabalhado para ajudar suas famílias no passado – nas fazendas as crianças ajudavam na colheita, por exemplo, enquanto filhos de comerciantes ajudavam nas vendas – os empregos industriais se provaram muito mais difíceis e perigosos para os mais jovens. A criança ainda trabalhava, mas agora em uma grande fábrica com máquinas complexas.

Outra questão social, que chamou a atenção dos muckrakers e reformadores progressistas foi o meio-ambiente. A industrialização levou a um significativo aumento do consumo e da transferência de controle sobre os recursos naturais dos Estados Unidos. Como parte de suas investigações sobre o poder e a influência de grandes corporações, os muckrakers revelaram que as mineradoras, ferrovias, companhias madeireiras, e outros interesses empresariais tinham ganho o controle de enormes faixas de terras públicas.

Estes relatórios trouxeram um aumento do questionamento público das políticas de governo que "sempre foi a abertura do país para interesses privados se desenvolverem o mais rapidamente possível ", disse um historiador ambiental. "É do interesse de fazendeiros, mineradores e madeireros, principalmente no Oeste, que não veem razão para alterar as coisas". Mas os americanos preocupados com seus recursos naturais aproveitaram o trabalho do muckrakers para pressionar por novas leis de proteção ambiental.

O movimento crescente de conservação encontrou um ouvido simpático na figura do presidente Theodore Roosevelt. "A idéia de que nossos recursos naturais eram inesgotáveis ainda persistia [quando tomei posse], e não havia ainda nenhum conhecimento real de sua extensão e condição ", lembrou ele em sua autobiografia. "A relação entre a conservação dos recursos naturais e os problemas do bem-estar da Nação e a eficiência nacional ainda não tinham se iluminado na mente do público.". Mas, como ativistas e muckrakers despertaram o interesse público para a conservação ecológica, Roosevelt tomou medidas para proteger áreas naturais remanescentes da exploração madeireira, mineradora e agrícola. Como presidente, ele acrescentou 50 milhões de acres para o sistema florestal nacional dos Estados Unidos e estabeleceu 51 refúgios de vida silvestre, 18 monumentos nacionais, e 5 parques nacionais.

Até os anos 1970, o Brasil não possuía política ambiental. Atualmente é considerado o país com arcabouço legal que melhor protege a natureza. Esse processo

teve seu ponto mais forte nos anos 1980, no bojo do crescimento dos movimentos sociais democráticos, unidos pelas Diretas e pela Constituinte. Considero que se houve um período de “muckrakers” no Brasil, podemos dizer que foi nos anos 1980.

## *2.2. Narrar o presente hoje*

O jornalismo contemporâneo não coloca o presente em questão, mas se dedica a pedir reparação para as vítimas.

Um passo fundamental para a consolidação da vítima virtual é descrito por Marcel Gauchet: a esquerda antitotalitária buscava nos anos 1980 uma forma combater as desigualdades sociais democraticamente. Inspirados no movimento de luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, esses esquerdistas propõe a defesa dos direitos do homem como princípio capaz de dar coesão e ser um mínimo denominador comum entre movimentos sociais tão díspares quanto as organizações que nasceram da sociedade civil fora da política institucional. Gauchet identifica o momento quando os direitos do homem tornam-se uma política com uma profunda crise da democracia: a democracia não é mais questionada, porém se torna cada vez mais anêmica. Quando os direitos do homem deixam de ser o mínimo de garantia de direitos individuais e são colocados como origem da boa política uma contradição aparece. Várias conquistas para grupos minoritários ocorrem enquanto diminui a capacidade de decidir coletivamente.

Os direitos humanos preenchem a principal falha revelada pela política da vítima virtual: a construção de uma utopia. Nas sociedades disciplinares os sacrifícios feitos no presente pavimentavam um futuro melhor. A crise colocada pelos anos 1960 com ecos do Holocausto muda a concepção de futuro, que será um lugar de catástrofe a ser evitada e não de construção coletiva. As utopias do futuro perdem sentido, mas ao contrário do que muitas teorias pós-modernas dizem, a utopia continua presente na sociedades de controle. Os direitos humanos na origem da boa política colocam a utopia no presente. Eles propõem um mundo melhor no presente por exigirem apenas o que já existe, sem colocar em questão porque as coisas são como são. A política dos direitos humanos confia que estão ao alcance da mão as soluções para os problemas presentes e a inação diante desses desafios é inaceitável (GAUCHET, 2009, pgs 340 e 341). O ideal nunca esteve tão próximo do real, afinal de contas considera-se que o Estado possui todos os meios de providenciar um mínimo comum para todos, caso não o faça essa doutrina diz que só pode ser por má-fé ou incompetência dos governantes (GAUCHET, 2009, pp 348-349).

O indivíduo sai do lugar de partícula mínima e se torna centro da compreensão do mundo. Na contemporaneidade o indivíduo se sabe determinado e a sociedade é a responsável pela manutenção de sua rotina segura e feliz. A política dos direitos humanos se torna base para enunciar que todos têm o direito a uma rotina segura e feliz. O direito a rotina feliz diminui as tensões dentro da sociedade de controle e infelizmente traz o apagamento de questões fundamentais na modernidade. Diante da necessidade de evitar o sofrimento individual é esquecido o questionamento das estruturas históricas, políticas e sociais que fizeram o presente ser o que é. A consequência mais visível está na forma atual da democracia no Ocidente: nunca se acreditou tanto na capacidade de ação do Estado e nas suas instituições, mas nunca houve tanta desconfiança sobre os representantes eleitos para os cargos de governo. Os meios de comunicação de massa vão ocupar o lugar da crítica acadêmica, ou seja, é na televisão, e não mais na academia, que a sociedade se pensa e busca propostas para se transformar. Isso porque sob os direitos humanos não tem tanta relevância a análise das bases da sociedade para propor um futuro diferente. Importa mais expor os problemas que se apresentarem ao julgamento coletivo, de forma simplificada, e ninguém executa melhor isso que a mídia.

Nesse contexto, o jornalismo tem como papel dar voz aos diferentes participantes da discussão dos problemas públicos. Cada vez mais a imprensa coloca em evidência ou tenta pautar quais problemas são dignos da atenção do público. O sociólogo americano Joseph Gusfield apresenta de forma bastante clara como emergem problemas públicos. O primeiro atributo de um problema é a suposição de que ele é evitável. Se algum sofrimento é considerado inevitável dentro de uma sociedade ele será apenas um dado da natureza, sem nenhuma influência humana para o seu fim. Depois que certo problema passa a ser considerado evitável, o próximo passo é que cause um grande sofrimento e/ou afete grande parte da população. Mesmo assim ele não se torna um problema público para Gusfield. Para se tornar um problema público é necessário que ele mobilize a sociedade, com o envolvimento de partes do governo; um problema público é algo pelo qual se deve fazer alguma coisa.

Gusfield vai de encontro à raridade discursiva descrita por Foucault quando defende que o que é enquadrado como problema público por uma determinada sociedade em certo período histórico pode não o ser em outra sociedade ou período. Existem problemas que só poderiam ser públicos hoje, assim como existirão problemas públicos de situações toleradas atualmente. A estrutura geral da formação de um problema público possui três aspectos. Em uma tradução aproximada podemos chamar



estes atributos de “propriedade” (*ownership*), “responsabilidade causal” (*causal responsibility*) e “responsabilidade política” (*political responsibility*).

A “propriedade” de um problema público é determinada em um período histórico quando é reconhecido que determinados assuntos fazem parte da alçada de um certo grupo de pessoas ou instituições. Essas pessoas ou instituições têm credibilidade e o direito de falar sobre o problema público, enquanto o resto da sociedade carece da mesma legitimidade sobre o tema. Como consequência essas pessoas ou instituições definem o problema público, de maneira supostamente neutra e “fiel” à realidade dos fatos.

A “responsabilidade causal” diz respeito às causas do problema público: quais são as explicações que, em determinado momento histórico, certa sociedade aceita como capazes de darem forma a um problema público. Já a “responsabilidade política” pretende determinar quem deve assumir a solução do problema e enfrentar as consequências que são associadas a ele.

Na contemporaneidade saltam exemplos de como a mídia legitima proprietários de um problema público ao mesmo tempo que aponta responsabilidade causal e exige ação dos governantes, à qual atribui responsabilidade política sobre os problemas públicos.

Em última instância, essa monografia e sua pesquisa só fazem sentido quando levamos em consideração o princípio da raridade discursiva. A análise dos enunciados e das formações discursivas busca determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados. Busca estabelecer uma lei de raridade. Ela repousa no princípio de que nem tudo é sempre dito. Em relação ao que poderia ser enunciado a partir da língua dos indivíduos, os enunciados são sempre rarefeitos. A partir da gramática e do vocabulário de uma época, relativamente poucas coisas são ditas. Foucault busca procurar o princípio da rarefação discursiva, o princípio segundo o qual determinados enunciados aparecem, enquanto outros permanecem ocultos. (FOUCAULT, 1969, p. 134 – 142).

A análise da formação discursiva não busca, nos enunciados, um sentido oculto, profundo e verdadeiro, muitas vezes inconsciente em relação ao sujeito que produz o discurso. Não busca uma origem, um imaginário coletivo, a verdade de uma época. Procura, ao contrário, fazer uma análise da rarefação dos discursos, das condições que possibilitaram que determinado objeto aparecesse e outro não.

### **3. Uma nova forma de fazer política**

Conforme já explicado, a política da vítima virtual só pode emergir no mundo pós-Holocausto. O fracasso dos discursos teleológicos da modernidade exige um rearranjo na forma de compreender e fazer sociedade. A ideologia que melhor atende esses requisitos é a que coloca os direitos humanos na origem da boa política e propondo uma utopia a ser realizada no presente, com os recursos dos quais já dispomos.

Em 1968, as revoltas estudantis refletiram de forma radical essas mudanças. Os indivíduos queriam se libertar de suas obrigações sociais para poder gozar a vida como bem entendessem. O desejo deles era realizar a utopia agora, no presente. Dentre os jovens um grupo se destacou: os hippies. Os hippies apresentavam uma descrença no progresso técnico-científico tão grande que defendiam um retorno à natureza para o ser humano ser mais humano. O cuidado de si do hippie é diferente daquele da disciplina e da norma. Ao invés de civilizar o indivíduo, inscrevendo-o na cultura e separando-o da natureza, o cuidado do hippie é individualizante: os pêlos do corpo devem e podem crescer, são parte do indivíduo que é parte da natureza também. A alimentação com produtos naturais sem agrotóxicos também é um tipo de cuidado de si diferente. A recusa do progresso tecnológico, o pacifismo, o questionamento das instituições como Estado e família, o hedonismo, a integração com a natureza e a valorização do indivíduo perante o coletivo colocaram os hippies na vanguarda dessa nova forma de fazer política que nunca foi tão bem explicitada quanto na frase: “Pense globalmente, aja localmente”.

O momento contemporâneo representa a vitória quase completa dos pressupostos defendidos pelos hippies, sem a ideia de microrrevolução e adaptados ao capitalismo. Não é coincidência que muitas figuras simbólicas dos movimentos estudantis e anticapitalistas, como Daniel Cohn-Bendit ou Fernando Gabeira, tenham fundado e liderem agremiações políticas em seus países que dividem o mesmo nome e plataforma: Partido Verde. Os verdes são a institucionalização no século XXI da plataforma que foi criada pelos hippies nos anos 1960. A desconfiança do progresso tecnológico aliada a uma visão de natureza que inclui o ser humano não pode ser mais bem expressa do que pelo termo “preservação do meio-ambiente“. O hedonismo e o questionamento das instituições como Estado e família tomam forma nas propostas de liberalização das drogas, do aborto e na defesa das minorias que têm sua sexualidade estigmatizada.

Pode-se argumentar que nenhum Partido Verde chegou ao poder ainda, sendo muito cedo para proclamar a vitória de suas propostas fundadoras. Vejamos: a ciência tem sido cada vez mais vigiada não só pelos riscos que pode oferecer aos humanos, mas também pelo sofrimento potencial que causa aos animais. Os modos de fornecimento de energia de todos os países passam por uma reestruturação que não é movida apenas pela escassez de petróleo, mas pela profunda crença de que o progresso técnico está acabando com os recursos naturais e colocando sob ameaça a vida em todo o planeta através da poluição e do desequilíbrio ambiental. A produção de alimentos se vê diante de dilemas como a restrição aos transgênicos e aos agrotóxicos – antes considerados fundamentais para acabar com a fome - e a humanização dos rebanhos, que devem ter direito a uma morte digna. Assim como nas campanhas contra a Guerra do Vietnã, que acusavam os Presidentes e os congressistas americanos de assassinos, a Anistia Internacional pede ao Canadá a prisão de um ex-presidente dos Estados Unidos por crimes de guerra. Somente em nosso tempo, quando idéias como Nação e Pátria perderam sentido junto a coletividade, que o chefe do Executivo da única superpotência não pode intervir militarmente em outro país sem ser duramente criticado. O Estado também será colocado em questão, antes era por representar os interesses de uma minoria privilegiada... agora será por deixar que interrompam o direito dos indivíduos a serem felizes como quiserem.

O discurso ecológico possibilita ampliar de modo incrível a política da vítima virtual: em um planeta cujo o bom funcionamento depende de um delicado equilíbrio ameaçado pelas ações humanas, todos são vítimas em potencial – inclusive outras espécies. O aquecimento global mobiliza esforços de Estados, empresas, organizações não-governamentais e indivíduos de acordo com a política da vítima virtual. Apesar dos esforços do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) de colocar a discussão em um nível acadêmico, científico e crítico, os meios de comunicação de massa é que avalizam ou não o que diz o IPCC. A título de exemplo basta lembrar as denúncias de fraude contra pesquisadores do IPCC, o objetivo da manipulação das pesquisas era chamar a atenção da mídia para que pudesse existir uma mobilização por verbas para mais estudos. Outro caso que exemplifica como bem adaptado está o discurso ecológico ao mundo com centro nos direitos humanos individuais é o documentário “Uma Verdade Inconveniente”, estrelado por Al Gore. O filme se dedica a apresentar cenários futuros diante de certas estimativas científicas sobre o aquecimento global e alerta para o perigo que todos corremos além de exigir

atitudes para resolver o problema. Gore, com o talento para oratória e carisma que o alçaram às portas da presidência dos Estados Unidos, transforma em escândalo projeções que podem ou não se realizar, sendo que os cenários mais pessimistas são improváveis pela baixa chance de se concretizarem. Gore denuncia ao final que pouco tem sido feito para enfrentar os problemas que podem ou não ocorrer. O uso de probabilidades sobre o futuro para definir formas de ação política no presente cria alarme, exige providências imediatas e moraliza a discussão. O futuro como lugar de catástrofe e o presente como algo a ser preservado trazem a uma moralização da política. Vejamos o caso do aquecimento global: quem considerar exagero ou questionar os estudos científicos (vale lembrar que o método científico “funciona” porque está aberto a revisões e críticas) é excluído da discussão por se considerado alguém que nega o problema, também não é tolerável sugerir mais estudos. Criticar e analisar mais a fundo os problemas são consideradas desculpas e modos de postergar uma solução, em suma, uma imoralidade. Outros discursos possíveis sobre o mesmo evento são desconsiderados desse esmo modo. A urgência é tamanha que se exige apenas ação, qualquer ação.

A política centrada nos direitos humanos individuais fala sobre certo e errado, bem e mal, sobre moral. O curioso é notar outros efeitos sobre o indivíduo, que está na raiz de toda essa política. Já sabemos que pelo princípio do não-dano, desde que o indivíduo não cause dano a outrem ele tem direito a uma rotina segura e feliz. Numa política moralizada a partir desse princípio, caso algum indivíduo seja considerado responsável pelo sofrimento de outro a situação é bem ruim. O indivíduo considerado capaz de violar a rotina segura e feliz de outro é imoral e mal. Diferentemente do mundo das sociedades disciplinares, onde a crença em um futuro melhor deixava uma fresta de normalidade e esperança de reabilitação, as sociedades de controle não oferecem probabilidade de redenção. Alguém capaz de levar sofrimento ou oferecer risco ao outro ficará à beira do monstruoso. O comportamento individual passa a ser considerado uma questão política. Exemplos florescem a cada instante: se você usa drogas, financia os bandidos armados do Rio de Janeiro. Se você deixa água parada, cria mosquitos da dengue. Se você bebe e dirige, causa acidentes de trânsito. A frase que orienta a política contemporânea e os cidadãos de bem é “pense globalmente, aja localmente”.

Cabe aqui uma pequena digressão: a violência fortemente armada vai acabar com os consumidores de droga largando seu vício? A dengue causará menos mortes

quando cada casa estiver sem água parada? Sem álcool os acidentes de trânsito diminuem? Acredito que essas perguntas evidenciam que a responsabilização dos indivíduos apenas propõe políticas públicas que não falam da causa dos problemas: o abandono das periferias pobres pelo Estado no caso da violência, a ausência de uma política de saúde pública e gratuita na dengue, e no abandono do transporte público e da escolha da rodovia como via de transporte majoritária nos acidente de trânsito.

Voltemos à frase “pense globalmente, aja localmente”. Essa frase lembra uma de Mahatma Gandhi: “Seja a mudança que você deseja ver no mundo”. A diferença apareceu com o tempo, mas a proposta original era a mesma: ações individuais coordenadas por um ideal político podem mudar a realidade. A não-violência de manifestações pela independência da Índia e pelos direitos civis nos Estados Unidos mostra o sucesso da idéia de microrrevolução, na qual grupos periféricos aos poucos ocupam um espaço no centro do cenário político. A lógica do “pense globalmente, aja localmente” não tem mais a microrrevolução como meta. Adaptado ao capitalismo e inserido na lógica de consumo, a frase se tornou slogan de iniciativas empresariais de sustentabilidade ambiental e de marketing ecológico. Em nossos dias, pensar globalmente não é lembrar das causas estruturais de um problema, mas sim se escandalizar com certa situação sem solução. Ao mesmo tempo, agir localmente é cada vez mais individualizar ações que deveriam ser pensadas e executadas coletivamente.

Os ativistas ambientais são quem faz o melhor uso dessa lógica. Em seu discurso no Brasil denunciam a situação escandalosa da devastação do meio-ambiente buscando apoio de indivíduos distantes do problema. Esses indivíduos adotam práticas ecologicamente corretas e lotam a caixa de e-mails dos congressistas. Os imorais dessa história vão ser pessoas que não fazem sua parte ou contribuem para o problema, com destaque para os agricultores.

Enquanto durante a Modernidade existia uma oposição ente cultura e natureza, no momento pós-moderno existe uma interpenetração dos dois na forma do discurso de preservação do meio-ambiente. Não fica claro quando falamos em meio-ambiente onde termina a órbita da cultura e onde começa o reino da natureza: um e outro exercem pressões e se alteram mutuamente e simultaneamente.

Quando fica completada a passagem da norma ao risco, vemos o estabelecimento do meio-ambiente como parâmetro para discussão política sobre recursos naturais. Essa ascensão só se faz possível quando progresso técnico-científico está em xeque, isto é, não mais acredita-se que a intervenção humana na natureza seja

benéfica. Ao mesmo tempo em que aumenta o grau de impacto da ação humana no planeta, essa desilusão com o progresso traz consigo um sentimento de vulnerabilidade. Nunca o ser humano pode manejar os recursos naturais com tanta potência, mas ao mesmo tempo isso coloca em risco a existência dos meios naturais necessários para a vida.

Essa vulnerabilidade continua no campo político através do discurso midiático de compaixão pela vítima virtual, que nada mais é que a forma de representação da experiência coletiva: todos somos vítimas. A construção de futuro catastrófico leva a moralização da questão ecológica, ressaltando uma suposta assimetria de poderes entre cidadãos e governantes. As notícias sobre crime, epidemia, acidentes de carro e catástrofes naturais constroem a noção de vítima de uma mesma forma: o evento trágico poderia ter acontecido com qualquer um, o evento poderia ter sido evitado.

Existia uma rotina segura e feliz que foi interrompida pela presença do casual (interrupção da rotina pelo acaso trágico): forma de responsabilização do Estado. Fizemos então um recuo histórico para tentar discutir como a imprensa, nos noticiários, constrói as narrativas sobre vítimas de acasos trágicos (crimes, epidemia etc), ou seja, sobre como o rompimento da rotina segura pelo acaso estabelece um modo de fazer sociedade.

Assim sendo, um mesmo evento pode ser narrado de diferentes maneiras. A narrativa não é naturalizada, ela é construída. Cabe a esse trabalho indagar “Por que, então, essa construção causal e não outra?” Afinal de contas diferentes causas apontam para diferentes responsabilizações. A responsabilização, no acaso trágico, passa pela idéia de que o acaso poderia ter sido antecipado. (Ou seja, o evento era evitável).

#### 4. Análise das notícias.

Cabe analisar primeiro a Revista Veja, uma vez que dispomos do material que permite a comparação histórica. Em seguida, veremos como Época lida na contemporaneidade com o debate acerca do Código Florestal.

##### 4.1. A representação de Veja sobre a legislação ambiental

O ano de 1988 traz interesse para a análise já que se trata do período em que está sendo formulada uma nova Constituição, depois de vinte anos de ditadura militar. A Assembléia Nacional Constituinte é a concretização de toda uma agenda que foi excluída do debate político e que emergiu durante a campanha pelas Eleições Diretas em 1984. Veja discute em sua cobertura sobre a Constituinte a preservação do meio-ambiente, como podemos ver no trecho abaixo da entrevista com o ex-secretário do Meio-Ambiente. As declarações de Roberto Messias dão conta de que “O poder alimenta o fogo”, conforme o título da reportagem.

**VEJA** — *Por que o governo não dá o exemplo aos empresários na preservação do meio ambiente, punindo suas próprias empresas, como a Companhia Siderúrgica Nacional, uma das maiores poluidoras do Rio Paraíba do Sul no Rio de Janeiro?*

**ROBERTO MESSIAS** — Tem gente que acha que é preciso primeiro desencadear um processo educativo do que sair logo punindo. Para mim, não há nada tão educativo quanto aplicar uma boa multa. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional, é preciso haver punição, mas ali há um problema maior, que é a necessidade de recursos para transformar uma indústria de cinquenta anos numa indústria moderna. Vários acidentes da CSN são típicos da senilidade da empresa. Se o governo não está punindo, é preciso começar a punir. Uma estatal não pode ter regalias em relação a empresas privadas.

**VEJA** — *A ecologia ganhou ou perdeu na Constituinte?*

**ROBERTO MESSIAS** — Ganhou de mais. Ganhou um capítulo constitucional a favor do meio ambiente. Quem cometer crime ambiental a partir de agora vai para a cadeia.

**VEJA** — *Houve avanços na Constituinte na questão do meio ambiente em áreas urbanas?*

**ROBERTO MESSIAS** — Um dos pontos mais tímidos na nova Constituição foi justamente o da reforma urbana, que envolve a questão da posse do solo, diretamente ligada à especulação imobiliária e ao inchaço das cidades. A tese que prevaleceu na Constituição a esse respeito é muito conservadora — ela diz que o solo urbano só pode ser tomado por interesse público se for pago à vista e antecipadamente. Isso favorece a especulação urbana. Mais de 40% do espaço urbanizado de São Paulo está nas mãos de especuladores imobiliários, na forma de estoques.

**VEJA** — *O senhor acredita na formação de uma consciência ecológica nas áreas de grande concentração populacional?*

**ROBERTO MESSIAS** — Uma pesquisa da Sema junto a 1 500 habitantes de vinte cidades brasileiras revelou que a sociedade considera que o problema ambiental brasileiro mais grave é a devastação das florestas. O segundo problema apontado foi a poluição de rios e lagoas e o terceiro, a poluição do ar. A poluição do ar todo mundo vê nas grandes cidades, mas poucos acompanham a destruição de uma floresta. Isso revela a formação de uma consciência.

**VEJA** — *Em que medida a questão do meio ambiente foi prejudicada com a passagem da Sema por três ministérios diferentes em apenas três anos?*

**ROBERTO MESSIAS** — A mudança de ministérios não é o fato mais importante. A Sema foi criada em 1973 e ficou na esfera do Ministério do Interior até 1985. Depois ela foi para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, numa proposta integradora, fruto da visão de estadista do falecido presidente Tancredo Neves. O Brasil teve a população urbana multiplicada por nove em quarenta anos. A questão urbana diz respeito a mais de 70% da população brasileira. Uma política que integrasse o meio ambiente à solução dos problemas urbanos era a visão completa do problema, e isso foi respeitado pelo então ministro Deni Schwartz. Quando o ministério passou a se denominar “da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente”, o conceito original se desintegrou. Em vez de cuidar do meio ambiente, o ministério passou a se preocupar apenas com saneamento e construção de casas populares. ●

Um ponto que chama bastante atenção é quando na última resposta Roberto Messias coloca que o ministério esqueceu do meio-ambiente e se preocupou apenas com habitação e saneamento. Uma das principais fontes de poluição é o esgoto a céu aberto. A ausência de saneamento básico é sinônimo de degradação para rios, lagos, lençóis pluviais, manguezais e praias. Boas políticas de habitação também contribuem para a preservação de florestas, uma vez que é notória a quantidade de lixo despejada sem tratamento nas comunidades mais carentes, sem serviço de coleta regular de lixo, ao contrário do que acontece em conjuntos habitacionais bem planejados.

Outro trecho que merece destaque da entrevista de Roberto Messias é considerar que multar é uma atitude educativa. Sua citação ao capítulo constitucional sobre o meio-ambiente e a possibilidade de prender um criminoso ambiental também tem peso. O único artigo da Constituição sobre meio-ambiente é o 225. Ele prevê sanções penais para crimes ambientais, mas sua força está na obrigação dada ao Estado de dispor dos meios para prevenir que ações danosas ao meio-ambiente sejam executadas. Messias também defende que a distribuição de terras seja feita de forma a dar os meios necessários para que o pequeno agricultor e o assentado recebam capacitação para usar sua terra da melhor forma e ao mesmo tempo preservar a natureza ao redor e dentro de sua propriedade.

Apenas duas matérias sobre preservação ambiental foram encontradas. As outras matérias tratavam da Constituinte e das eleições de 1989. Chamou atenção, especialmente pelo modo como Veja se posiciona sobre a classe política nos anos 2000, uma reportagem sobre a febre de candidatos fantasiosos e do voto nulo para o pleito de 1989. Veja assume uma postura impensável nos dias de hoje e sai em defesa da classe política brasileira diante da campanha anti-voto:

Os políticos, que estão longe de ser representados fielmente pela multidão de candidatos anônimos que aparecem no vídeo no horário do TRE, a maioria destinada a uma derrota nas urnas, formam um grupo no qual certamente se encontrarão vigaristas, como em qualquer outro conjunto de profissionais, mas eles precisam de voltar (*sic*) sempre, perigosamente, ao vestibular das urnas – esse é seu castigo e sua grandeza. (...)

“O voto do Macaco Tião pode dar no gorila”, afirma o senador Jarbas Passarinho do PDS do Pará. “De direita ou de esquerda”, acrescenta. (...)



A Constituinte mostrou que é falsa a noção de que os políticos trabalham pouco – na produção da nova Carta de Leis, eles chegaram a realizar uma jornada semanal de 60 horas, bastante superior ao limite fixado por lei no país, e até dormiam em plenário, de tão exaustos. Condenar os políticos porque eles mentem chega a ser, na realidade, uma ignorância a respeito de uma das características mais indispensáveis à profissão. (*O candidato Tião* - VEJA, 02 de novembro de 1988).

O cenário do trabalho hercúleo da Constituinte, somados com a lembrança fresca da ditadura e o fato de 1989 ser o ano da primeira eleição direta para a Presidência colocam Veja valorizando a classe política. Mas nem tudo são flores no relacionamento com os homens públicos. Em várias reportagens lamenta-se a situação no campo, com o predomínio da União Democrática Ruralista (UDR) e a negligência com sua atuação ostensiva. Em 1988, a UDR barrou uma reforma agrária efetiva na Constituinte e tomou partido contra os ambientalistas e sindicalistas nos conflitos rurais, tendo membros considerados responsáveis pela execução de membros dos movimentos sem-terra, ecológico e extrativista.

A reportagem mais impressionante do período analisado é “A guerra na selva” do dia 04 de janeiro de 1989. É a história da morte anunciada de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes. Sindicalista e ambientalista, Chico Mendes é mostrado como o maior mártir dos conflitos agrários, da disputa de terra, das injustiças sociais e da precariedade do Estado brasileiro no campo. Darli Alves da Silva, cuja ordem de prisão por outro homicídio já tinha sido expedida, foi o mandante. Darli pretendia derrubar um seringal em Xapuri, cidade natal de Chico Mendes. O seringueiro organizou manifestações para impedir a derrubada, entrou com um processo que mostrou que as terras de Darli eram roubadas. Darli era membro da UDR e seu presidente do Acre não tinha dúvidas de que o posseiro era o mandante do crime. As repetidas ameaças e as poucas providências para segurança de Chico Mendes assombram, assim como a precariedade das investigações, que contou com a ajuda inestimável da atriz Lucélia Santos, a eterna “Escrava Isaura”.

Em “A guerra na selva”, Veja evidencia os complexos elos entre a ausência do Estado no campo, a injustiça social aguda no meio rural, a necessidade de preservação ecológica e a sangrenta disputa por terra. Fica claro depois de ler a matéria que não dá

para pensar em preservação ecológica sem considerar a desigualdade social e a disputa por terra no Brasil.

Em 2010 e 2011 vemos uma Veja dada a conciliação entre preservação ambiental e agronegócio. Nas frases da semana da edição de 16 de junho de 2010, o relator da proposta de um novo Código Florestal, deputado Aldo Rebelo ganhou destaque com a seguinte frase: “O boi é o verdadeiro animal de estimação do brasileiro. Só não está em todos os lares do país por causa do seu tamanho”.

O deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil, eleito por São Paulo, será a estrela da cobertura sobre o Código Florestal. Em 14 de julho de 2010, Veja dedica a Aldo uma matéria com um título singelo de “Um comunista de bom-senso”, dada a postura anti-esquerdista que a publicação teve nos anos 2000 o título soa como ironia. A reportagem desqualifica a proposta para o campo da então candidata Dilma Rousseff e coloca Aldo Rebelo como relator razoável para o Código Florestal. Veja estabelece na crítica à Dilma um perigo caso o Partido dos Trabalhadores (PT) consiga vincular legislação ambiental, ocupação do solo e movimento dos sem-terra. A publicação lembra o apoio do PT aos sem-terra e frisa que o atual código coloca na ilegalidade 90% dos produtores rurais. De acordo com Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) o atual Código causaria perda de 71 bilhões de reais e quase 6 milhões de empregos caso fosse cumprido. Nova legislação prevê anistia para quem desmatou caso se comprometa a replantar. Ao fim da reportagem é reforçada a esperança de que a proposta de Aldo preserve tanto o meio-ambiente e quanto o agronegócio.

O comunista de bom-senso retorna à Veja em 08 de agosto de 2010 para uma entrevista. O título é “Com o pé na estrada”. Logo no início, Veja – diferentemente da postura em 1988 – sugere que deputados não trabalham: “(...) fez o que poucos de seus colegas costumam fazer: arregaçou as mangas, calçou as botas e se pôs a gastar suas solas”. Veja sugere aplausos a Aldo por tentar conciliar preservação ambiental e agronegócio.

Para fazer sua proposta de Código Florestal, Aldo diz que falou com o produtor rural, o homem do campo. Aldo também sugere que existem colegas seus que legislam sem conhecer a realidade. Aldo diz que 90% dos produtores estão ilegais com o Código florestal atual e suas alterações. Sugere que houve irresponsabilidade na legislação ambiental.

Ao lado, Aldo Rebelo marca sua posição nacionalista, contrária à presença de ONGs internacionais no debate e à subserviência de setores da burocracia ambiental ao discurso estrangeiro. O deputado comunista também diz que a regulamentação do Conselho Nacional do Meio-Ambiente de 2002 é inócua por pretender evitar plantações nas áreas de várzea, “idéia que só pode ter saído da cabeça de quem não conhece o campo”. Ele exemplifica “75% da rizicultura nacional está ilegal”. Aldo sustenta que isso é fruto de um discurso de ambientalistas radicais que se ignoram que a rizicultura nunca desequilibrou ecossistemas de Índia e China.

O relator do novo Código citou vários exemplos de produtores rurais afetados com aumento do cumprimento da lei atual com aplicação de multas e ações do Ministério Público. Aldo diz que a ministra nem sabia do impacto na produção agrícola dessa fiscalização. Ele também alerta para a pecuária prejudicada no Pantanal e em Minas. Argumenta que a legislação é tão dura que ter água no terreno passou de bênção a maldição para o pequeno produtor.

Veja abre espaço para um ataque frontal de Aldo aos ambientalistas:

campo. O problema, sejamos francos, é que o Ministério do Meio Ambiente foi completamente dominado nos últimos anos pelas ONGs ambientais, especialmente pelo Greenpeace, WWF, ISA e SOS Mata Atlântica. Isso começou antes deste governo. Os funcionários das ONGs saem delas para trabalhar no ministério, depois voltam para as ONGs, depois retornam para o ministério. É como se fosse uma só organização. É uma distorção, porque o ministério deveria representar o estado brasileiro, e não as ONGs. Essa não é a única distorção na estrutura ambiental.

latifundiário está em decadência.

Em 13 de outubro de 2010, Veja entrevista o primatólogo e presidente da ONG Conservation International, Russel Mittermeier. Sob o título “Rumo à potência verde”,

Foi o que o senhor fez para escrever o livro em que critica a demarcação da reserva indígena de Raposa Serra do Sol, em Roraima? Justamente. Fui até lá para conversar com as pessoas e ouvir os interessados na questão. A maioria da população do estado não queria a demarcação da reserva de forma contínua, como foi feita. A maioria dos índios, os supostos beneficiados, também não queria. Eles queriam reservas menores, demarcadas como ilhas. E não uma que congelasse quase 10% do estado, como foi feito. Só defendiam essa tese — que foi encampada pelo governo e prosperou na Justiça — o pessoal ligado às ONGs ambientais e os burocratas da Funai. Mais ninguém.

Além dos duros ataques, Aldo fala ainda sobre distorção na hora do ministério do Meio-Ambiente aplicar multas de crimes ambientais, afinal as multas compõem o orçamento da pasta. O deputado comunista também diz que o MST não conhece mais realidade do campo e que houve uma reforma agrária “natural”: aos poucos os grandes latifundiários tiveram sua terra dividida entre herdeiros. Aldo defende que o campo se modernizou e a figura do

Mittermeier diz que Marina Silva é um importante recado com sua votação de 20%: os brasileiros querem liderar o mundo sustentável. O cientista diz que Código Florestal atual é bom e não deve ser modificado. Perguntas do repórter questionam importância de preservar uma espécie de gorila e se realmente existe tanta devastação ambiental.

Na mesma edição, uma carta do leitor lembra a ausência do Código Florestal na reportagem de Veja sobre a falta de propostas dos candidatos à Presidência para o país.

Na edição seguinte, destaque para cartas do leitor. No dia 20 de outubro de 2010 vemos muitos elogios à entrevista com Mittermeier e uma das cartas cita importância de manter Código Florestal atual.

Em 19 de janeiro de 2011, na página que repercute o noticiário online, um leitor do blog de Lauro Jardim comenta: descaso com chuvas é de muitos partidos e alteração na legislação ambiental mostra que essa irresponsabilidade começa no Congresso Nacional. Primeira relação de correspondência entre Código Florestal e catástrofe ambiental. No caso, o leitor está se referindo aos deslizamentos da região serrana do Rio de Janeiro.

Buscando entender a dimensão do estrago, Veja lança a reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia” no dia 26 de janeiro. A revista diz que leniência de governantes em troca de voto possibilitou construções em áreas de risco, vulneráveis à enxurrada. É feita uma lista de soluções a partir da consulta a vários especialistas. A nós interessa a solução 2: Fiscalizar ocupação irregular do solo – Fazer cumprir o Código Florestal com rigor evitaria as mortes, tanto de ricos quanto de pobres.

Em 18 de maio de 2011, mais uma vez Veja fala sobre o bom senso: “Preserve-se o bom senso – manobra do governo adia a votação da





legislação que concilia proteção da natureza com interesses do agronegócio”. Mas ela deve ser aprovada”. A reportagem vêm com tudo: “Brasil tem a legislação ambiental mais rigorosa do mundo”. Veja diz que legislação brasileira é mais rígida, mas não é cumprida por ser draconiana. Apóia projeto de Aldo Rebelo que revisa o Código Florestal. Repete várias informações da matéria “Um comunista de bom-senso”.

Legenda de foto de protesto de ativistas ecológicos no Congresso: “Ecoxiitas: Ambientalistas acusam o relator do Código Florestal, Aldo Rebelo, de ameaçar as florestas. Mas seu texto preserva o que deve ser preservado.” Texto defende proposta de Rebelo dizendo que mantém a legislação como a mais rigorosa do mundo. Acusa o governo Dilma de transferir o ônus sobre a aprovação do novo Código junto aos ambientalistas para Aldo Rebelo.

Na edição de Veja do dia 25 de maio de 2011, três cartas elogiam a reportagem “Preserve-se o bom senso” e a proposta do Código Florestal de Aldo Rebelo. Em uma delas o deputado é chamado de “nacionalista, que defende o Brasil de ONGs que querem tirar competitividade dos agricultores brasileiros”. Apenas uma carta se posiciona contra o Código Florestal e a matéria de Veja, mas o faz de forma contundente:

### **Novo Código Florestal**

A respeito da reportagem “Preserve-se o bom-senso” (18 de maio), é preciso esclarecer que a não votação do projeto não se deveu à “pressão dos ecologistas xiitas”, e sim à necessidade de conhecer e adequar o texto, para atender às “reivindicações” do governo, ambientalistas e agricultores. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC) recentemente divulgaram um documento discordando do texto apresentado, em nome da comunidade científica, de modo que é incontestável estarmos diante de um assunto muito complexo, em relação ao qual não se pode aceitar a pura desqualificação dos atores envolvidos, como inadvertidamente VEJA fez em sua última edição. Será que os cientistas brasileiros que subscreveram aquele documento se enquadrariam na categoria de ecologistas xiitas? A solução do bom-senso seria o estabe-

lecimento de instrumentos econômicos que permitissem aos proprietários rurais resolver o seu passivo ambiental, e não simplesmente “anistiar” os “infratores”. Isso porque, do ponto de vista legal e ético, a anistia sinaliza muito negativamente, punindo aqueles que obedecem à legislação. Vale registrar que muitos setores da economia brasileira cumprem o Código Florestal sem que isso represente alguma perda de competitividade, como é o caso do setor de papel e celulose. Portanto, existe a possibilidade de encontrar um equilíbrio entre ruralistas e ambientalistas, baseado na premissa de que se deve aumentar a produtividade da pecuária nacional e, com isso, dispensar a necessidade de desmatamento, bem como definir uma série de instrumentos inovadores que permitam aos proprietários rurais conservar em suas propriedades fragmentos florestais e ser remunerados por isso.

**FABIO FELDMANN**

*São Paulo, SP*

O leitor Fábio Feldman aparece com outra forma de entender o problema que só teve uma apresentação até o momento. Feldman inclui grupos que cumprem a legislação atual, lembra do papel da academia e reforça a necessidade de discutir exaustivamente um tema complexo como esse.

Veja vai publicar em 01 de junho de 2011 uma edição bastante emblemática para entender como ela concebe a política brasileira contemporânea. Em seu editorial (Carta ao Leitor), coloca Lula e Sarney como figuras centrais de um modo atrasado de fazer política que reapareceu. Faz referência à discussão do Código Florestal, que quase rachou o PMDB, maior partido da Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado e foi para o Senado. O governo foi derrotado em uma proposta de emenda e Lula foi até Brasília acalmar as lideranças descontentes com a falta de diálogo do Planalto como Congresso. O editorial de Veja acusa o ex-presidente Lula de montar balcão de negócios na casa do presidente do Senado José Sarney.

A reportagem “O Velho Governo Novo” traz junto ao título uma fotomontagem fundindo os rostos de Lula e Sarney e ocupando uma página inteira. Na matéria Dilma é chamada de fraca. Lula teria ido à Brasília restaurar o “toma lá, dá cá”, que Veja diz ser típico do seu mandato. A derrota na votação de uma emenda foi resultado do fracasso na negociação com os deputados. Essa questão e uma cartilha para as escolas sobre homossexualismo se tornaram moeda de troca para o governo evitar que o ministro Palocci fosse convocado a depor no Congresso sobre denúncias de enriquecimento ilícito. Em um box chamado “A batalha do Código Florestal”, Veja se desdobra em elogios ao texto do Novo Código Florestal por trazer segurança jurídica e bom-senso à legislação ambiental.

Na seção “Panorama – Datas” do dia 01 de junho de 2011, vemos o destaque da terça-feira, 24 de maio: o assassinato na Região Norte de dois líderes extrativistas.

■ TER|24|MAI|2011

## **Assassinado**

**o casal de líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva, de 54 anos, e Maria do Espírito Santo, de 53, em Nova Ipixuna, no Pará. Eles eram conhecidos por denunciar a ação ilegal de madeireiros e já haviam recebido ameaças de morte. As polícias Federal e Civil ainda investigam a autoria do crime.**

Essa foi a repercussão de Veja sobre a morte de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo. Eles estavam marcados para morrer por motivos idênticos aos de Chico Mendes. 22 anos depois a mesma história se repete, com personagens diferentes. Dessa vez, Veja só dedica um pequeno box de doze linhas para o tema. Por que Veja fez uma reportagem completa em 1988 e em 2011 não o fez? No período da Constituinte Veja acusava a UDR de comandar crimes, esse ano Veja defende o mesmo discurso da CNA. Como uma guinada editorial de tal proporção foi dada, a ponto de invisibilizar uma questão colocada como fundamental para o entendimento do país?

Para não cometer nenhum erro ou julgamento precipitado, consultei a página na web de Veja. A coluna de Lauro Jardim foi a única parte da revista que noticiou a morte do casal no dia em que ocorreu:

“Morte no campo”

Foram assassinados esta manhã o camponês e líder extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva e sua mulher, Maria do Espírito Santo, em um projeto de assentamento agroextrativista em Nova Ipixuna, no sudeste paraense. Desde ano passado, o casal vinha denunciando o desmatamento realizado por madeireiros e carvoeiros da região. Os ex-ministros do Meio Ambiente que reuniram-se há pouco com Dilma Rousseff para tratar da votação do Código Florestal relataram a ela a morte do líder camponês.

Surpresa, Dilma, determinou a Gilberto Carvalho que dê apoio às investigações sobre a morte do casal. Em novembro, José Cláudio foi uma das estrelas do TEDX Amazônia, um fórum internacional que discutiu como tema a qualidade de vida no planeta. Bill Gates, Al Gore e Michelle Obama já foram conferencistas do TED, que ocorre desde 1984. O líder, morto hoje, foi premonitório sobre as ameaças contra ele:

- Vivo da floresta, protejo ela de todo jeito. Por isso, eu vivo com a bala na cabeça a qualquer hora. Porque eu vou para cima, eu denuncio os madeireiros, os carvoeiros e, por isso, eles acham que eu não posso existir. A mesma coisa que fizeram no Acre com Chico Mendes, querem fazer comigo. A mesma coisa que fizeram com a irmã Dorothy, querem fazer comigo. Eu posso estar hoje aqui conversando com vocês, daqui a um mês vocês podem saber a notícia que eu desapareci.

Todos os elementos de desigualdade, crueldade e banalidade presentes na morte de Chico Mendes se repetem, mas apenas um colunista repercute o evento, que guarda a irônica coincidência de ocorrer no mesmo dia de negociações e votações do Código Florestal.

#### *4.2 A representação de Época sobre a legislação ambiental*

Em 18 de junho de 2010, Época defende “Proteger menos para preservar mais”. O título da reportagem guarda semelhança com o discurso de Veja: proteger natureza sem lesar agronegócio. A matéria apresenta o caso de vinicultor gaúcho que planta a uva no terreno ideal: acidentado e no alto de morro. Com o atual Código Florestal ele está infringindo a lei. Época cita casos de embargo de produtos agrícolas brasileiros por conta de serem fruto de desmatamento. Argumento da insegurança jurídica no campo é usado. É dito que Aldo Rebelo apresentou projeto que desagradou aos ambientalistas e que a polêmica era inevitável. Um código defasado prejudica mais os pequenos agricultores, diz engenheiro agrônomo Luiz Antonio Martinelli. Novamente aparecem os cálculos da CNA: R\$ 71 bilhões e 5,7 milhões de empregos a menos no campo se Código atual for cumprido. Reportagem lembra que agricultura precisa de mata pela natureza, polinização e chuvas. Redução do desmatamento para combater aquecimento global. Aldo apresentado como defensor improvável dos agricultores:

“Mas Rebelo mostrou o que existe de justiça social nas demandas dos ruralistas. Conseguiu montar uma proposta que atende aos interesses de quem trabalha no campo, desde os que fazem roça de subsistência até os grandes sojicultores. (...) Rebelo acusa as ONGs estrangeiras de tentar criar constrangimentos ambientais aqui para impedir o desenvolvimento da agricultura”. (*Proteger menos para preservar mais* – ÉPOCA – 18 de junho de 2010)

Dois meses depois, em 20 de agosto de 2010, Época pergunta “O Brasil está queimando?”. “As queimadas são usadas há milhares de anos para limpar o solo na agricultura de subsistência. O drama atual é que o fogo virou um instrumento para transformar florestas em pastagens, em larga escala”. A matéria sugere explicações para um possível aumento das queimadas: “O efeito Aldo”. A sensação de impunidade que



uma provável anistia já trouxe efeitos no presente como agricultores achando que não serão punidos.

Época se pergunta em 21 de janeiro de 2011, se “É hora de afrouxar?”. “A maior tragédia natural da história do Brasil virou munição para os ambientalistas que se opõem à alteração da lei de florestas”. Ambientalistas falam que catástrofe das chuvas na região Serrana do Rio não aconteceria se o atual Código Florestal fosse cumprido e o texto de Rebelo aumenta o risco de repetição. Infográfico compara área de permissão na beira de rios da legislação atual com a da nova proposta através de imagens da tragédia de Petrópolis.

**Era assim...** Imagem de satélite do Vale do Cuiabá, em Petrópolis, feita antes da tragédia. A marcação do urbanista Raul Bueno mostra a faixa mínima de floresta segundo o Código atual e a proposta de Aldo Rebelo.



Em 03 de março de 2011, Época questiona a proposta de Aldo Rebelo. A reportagem “Nem verde, nem cinza” lembra que o código atual data de 1934 e foi todo remendado. Desatualizado, desafio atual é conciliar desenvolvimento, agropecuária e preservação do meio-ambiente. Diz que primeira proposta de Aldo foi aplaudida por ruralistas e governo quer conciliar com interesses dos ambientalistas.

Dois meses mais tarde, em 20 de maio de 2011, Marina Silva dá entrevista à Época na qual acusa oposição de barganhar com o governo para votar temas delicados ao invés de convocar Antonio Palocci a prestar esclarecimentos. Marina considera vergonhoso um acordo para votar o Código Florestal usando o ministro como moeda de troca.

Na mesma edição a coluna de Fernando Abruccio se chama “A miopia das decisões recentes do Congresso”:

“A questão básica é como conciliar os ditames da economia com os da ecologia. O país é hoje uma potência agrícola, e isso é muito bom. Os pequenos agricultores têm se tornado cada vez mais importantes do ponto de vista social, e isso também é muito bom. Portanto, não se pode manter uma estrutura legal que breque tais avanços. Um setor rural moderno é necessariamente um setor rural produtivo. Não obstante, o Brasil só consolidará sua posição de celeiro do mundo se respeitar seu meio ambiente”.

O jornalismo interrogativo de Época traz mais uma reportagem: “A agricultura precisa de mais terra?”. No dia 26 de maio de 2011, com o Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados, cabe perguntar se as terras para o crescimento da agricultura são suficientes. Agricultores pensam que não. Época sugere aumento de produtividade e plantar em terras desmatadas e abandonadas.

No mesmo dia 26 de maio, Época publicou “Eles morreram pela floresta - O assassinato de um casal de extrativistas no Pará mostra que defender o uso sustentável da Amazônia – e a lei – ainda é uma atividade de risco”. A matéria trata da repercussão da morte dos líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva. O texto se assemelha em um trecho ao de Lauro Jardim:

Em novembro passado, Silva foi uma das vedetes do TEDx Amazônia, um fórum internacional que discutiu a qualidade de vida no planeta. No fórum, Silva fez uma apresentação premonitória. “Vivo com a bala na cabeça”, disse. “Porque eu vou para cima. Denuncio os madeireiros e os carvoeiros. A mesma coisa que fizeram no Acre com o Chico Mendes querem fazer comigo. A mesma coisa que fizeram com a irmã Dorothy querem fazer comigo. Eu posso estar hoje aqui conversando com vocês e daqui a um mês desaparecer”. Silva só errou a data.

No mesmo dia do assassinato do casal, o Congresso brasileiro votou a mudança da legislação brasileira que define a ocupação do solo e a preservação das matas, o Código Florestal (leia Em Contexto). Por volta das 16 horas, o plenário viveu uma cena constrangedora. O deputado José Sarney Filho, líder do Partido

Verde (PV), lia uma reportagem sobre a morte do casal. Associara a luta pela proteção do Código Florestal ao crime brutal. Das bancadas da Câmara dos Deputados, surgiu uma vaia. Vinha de alguns deputados ruralistas. A lei aprovada vai garantir a anistia de quem desmatou até 2008. Isso beneficia vários agricultores do Brasil que tentam regularizar sua propriedade, mas também ajuda alguns madeireiros e carvoeiros ilegais, como os que invadiam a reserva extrativista de Nova Ipixuna. Na semana passada, quem ameaçava o casal Silva teve motivos para comemorar.

Ao contrário de Veja, Época se posiciona de maneira clara e lembra a reportagem sobre a morte de Chico Mendes, ao relacionar proteção ao meio-ambiente, ausência do Estado e a sangrenta disputa pela terra no Brasil.

## 5. Conclusão

O jornalismo de Veja possui um caráter muito mais afirmativo no momento atual do que nos anos 1980. Época se assemelha no seu jeito de interrogar e apresentar outras versões possíveis à posição de Veja naquele tempo. A revista Veja caminha para construir uma invisibilidade da antiga questão social que estava atrelada ao debate ecológico. Poderia estar presente, já que o desmatamento é grande em áreas controladas por latifúndios ou onde a disputa de terra é maior. Casos para servirem de ilustração não faltam.

Usemos aqui o princípio da raridade discursiva, que supõe que nem tudo pode ser dito em qualquer momento e lugar. Trata-se de alimentar a imaginação de possibilidade: diante de um dado enunciado, pensar que este não diz o que é, que outros enunciados seriam possíveis diante da mesma coisa e, mais radicalmente, já foram possíveis. Como o enunciado em análise é uma construção causal explicativa de um sofrimento, é interessante mostrar que a mesma construção causal está presente em fenômenos diferentes, o que facilita tomar distância da construção causal em questão: na medida em que é aplicada a fenômenos muito diversos (por exemplo, além da ecologia, é aplicado em crimes, acidentes, catástrofes, advento de doenças orgânicas, comportamento de adolescentes, etc), a construção causal talvez esteja obedecendo menos às características singulares do fenômeno e mais a determinadas características da cultura contemporânea. A razão da adesão ao esquema causal não reside tanto na sua capacidade de explicar o que existe, mas na sua capacidade de reiterar o modo como uma dada cultura atribui sentido a um problema.

Nos anos 1980, pelo próprio momento que o país vivia, era mais fácil questões sociais emergirem no Brasil. A classe política era valorizada por ser ela mesma considerada a representação democrática da sociedade. Isso permitiu uma cobertura madura no que se refere ao exercício do mandato e da política. Veja considerava tolerável que um político mentisse e admitia isso como característica inerente à política. As questões colocadas pelas reportagens falavam muito mais das estruturas sociais, problematizando a desigualdade e injustiça social ainda hoje tão presentes em nosso país.

Em 2011, parece que ocorreu uma mudança. Não faz mais sentido colocar o debate sobre reforma agrária e violência no campo junto do Código Florestal. A opção tanto de Veja quanto de Época é colocar a responsabilidade da discussão para os

políticos e apresentar os argumentos de cada grupo ao público, sempre marcando posição a favor da defesa da natureza e do agronegócio. O problema que veio atrelado a discussão do Código Florestal foi outro de uma ordem diferente, não contemplada nos anos 1980; o sofrimento individual devido a acidentes naturais. A tragédia da Região Serrana há quase um ano é o ponto onde sofrimento de indivíduos encontra a negligência do Estado controlado por políticos imorais. Pouco importa as impressionantes fotos mostrando como praticamente todos os morros de Teresópolis desabaram diante de uma quantidade colossal de água. A explicação de que o Estado poderia ter feito algo e não o fez é preferível do que aceitar a fatalidade como ela é, obra do acaso. O Código Florestal atual passa então a ser defendido em *Veja* e *Época* nesse momento, porque o seu cumprimento evitaria algumas das mortes. Desse modo, se moraliza a discussão do Código Florestal: quem quer flexibilizar o código está disposto a colocar outras pessoas em risco, logo é imoral.

*Veja* tenta invisibilizar a luta por terra no campo, ao dar espaço pequeno para o assassinato de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva. O casal de líderes extrativistas tem uma morte anunciada, pelos mesmos motivos de Chico Mendes, gozava de prestígio internacional assim como o seringueiro de Xapuri e não recebeu sequer uma página de reportagem, apenas um registro formal da ocorrência.

Em *Época* é possível notar que o assassinato do casal alterou uma posição de afastamento das questões da terra, da ausência do Estado e colocou o debate sobre violência no campo junto da discussão de legislação ambiental. O pequeno agricultor, o extrativista e o assentado são apresentados como o que são: pessoas que enfrentam sem nenhum auxílio ou se submetem a dominação de uma unida e inescrupulosa elite rural, antes representada na UDR e hoje acolhida na CNA. A tremenda injustiça social, diminuída desde a Constituinte, mas ainda assim presente reaparece e fura um bloqueio de uma mídia que tapa os ouvidos às questões estruturais e moraliza a discussão política cada vez mais.

---

## 6. Referências

- ADORNO, Theodore W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclaecimento*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- ARENDT, HANNAH. *On Revolution*. Londres: Penguin Books. 1965
- BOLTANSKI, LUC. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999
- DELEUZE, Gilles. 1990. "Postscript on Control Societies" in *Negotiations 1972-1990*. New York: Columbia University Press
- DOUGLAS, M. 1992. *Risk and Blame*. Londres: Routledge
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 14ª edição. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I; A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II; O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- GUSFIELD, Joseph R. 1981. *The culture of public problems*. Chicago: University of Chicago Press.
- HILLSTROM, Laurie Collier. 2010. *The muckrakers and the Progressive Era*. Detroit: Omnigraphics, Inc.
- ROSANVALLON, Pierre. *Counter-democracy: Politics in a age of distrust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- VAZ, P. O destino do fait divers: política, risco e ressentimento no Brasil contemporâneo. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Brasil, v. 1, n. 35, 2008. Disponível em <http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/5366/4885>.